

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.404.443 - RJ (2018/0246121-6)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**EMBARGANTE : INDUSTRIA DE BEBIDAS REFLEXA LTDA**  
**ADVOGADO : PEDRO HENRIQUE DELOCCO ALVES E OUTRO(S) - RJ164687**  
**EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos pela INDUSTRIA DE BEBIDAS REFLEXA LTDA, contra decisão de minha lavra, em que não conheci do agravo em recurso especial por ter deixado de impugnar os fundamentos do juízo negativo de admissibilidade do apelo nobre no Tribunal de origem (e-STJ fls. 777/781).

Segundo sustenta o embargante, "é adequado informar que a decisão foi silente quanto à majoração dos honorários recursais para o embargado, tornando, assim, o seu conteúdo contraditório, visto que o relator estipulou a majoração da sucumbência em desfavor apenas do embargante" (e-STJ fl. 786).

Intimada, a parte embargada não formulou impugnação (e-STJ fl. 794).

Passo a decidir.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, são admitidos embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição, omissão e erro material na decisão. *In casu*, não ocorreu nenhum dos vícios supracitados.

Como se observa dos autos, de fato, o apelo nobre do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL foi interposto na vigência do Código de Processo Civil/2015, o qual se submete ao Enunciado Administrativo 3, do seguinte teor:

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC de 2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No entanto, impende registrar que o caso dos autos refere-se à ação regressiva – proposta pelo INSS contra a empresa-embargante – que foi julgada procedente, não havendo, portanto, condenação na verba honorária contra a autarquia (e-STJ fls. 469/475).

Como é cediço, a procedência do pedido, ainda que parcial, afasta a incidência do § 11 do art. 85 do CPC/2015, cujo desiderato é desestimular a interposição de recursos infundados e protelatórios.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO EMBARGADO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA. PRESCRIÇÃO. REPARAÇÃO. DIREITOS AUTORAIS. ILÍCITO EXTRA CONTRATUAL. ACÓRDÃO EMBARGADO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. NÃO CABIMENTO. DECISÃO MANTIDA.

1. Os embargos de divergência não podem ser admitidos quando inexistente semelhança fático-processual entre os arestos confrontados.

2. No caso, a TERCEIRA TURMA apreciou controvérsia sobre a prescrição envolvendo violação extracontratual de direitos autorais.

O paradigma (REsp n. 1.211.949/MG), no entanto, enfrentou questão relativa ao prazo prescricional para execução de multa cominatória, por descumprimento de decisão judicial que proibia o réu de executar obra musical. Constatou-se assim a diferença fático-processual entre os julgados confrontados.

3. A jurisprudência de ambas as turmas que compõem esta SEGUNDA SEÇÃO firmou-se no mesmo sentido do acórdão embargado, segundo o qual é de 3 (três) anos, quando se discute ilícito extracontratual, o prazo de prescrição relativo à pretensão decorrente de afronta a direito autoral. Precedentes.

4. As exigências relativas à demonstração da divergência jurisprudencial não foram modificadas pelo CPC/2015, nos termos do seu art. 1.043, § 4º.

**5. É devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: a) decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso.**

6. Não haverá honorários recursais no julgamento de agravo interno e de embargos de declaração apresentados pela parte que, na decisão que não conheceu integralmente de seu recurso ou negou-lhe provimento, teve imposta contra si a majoração prevista no § 11 do art. 85 do CPC/2015.

7. Com a interposição de embargos de divergência em recurso especial tem início novo grau recursal, sujeitando-se o embargante, ao questionar decisão publicada na vigência do CPC/2015, à majoração dos honorários sucumbenciais, na forma do § 11 do art. 85, quando indeferidos liminarmente pelo relator ou se o colegiado deles não conhecer ou negar-lhes provimento.

8. Quando devida a verba honorária recursal, mas, por omissão, o Relator deixar de aplicá-la em decisão monocrática, poderá o colegiado, ao não conhecer ou desprover o respectivo agravo interno, arbitrá-la ex officio, por se tratar de matéria de ordem pública, que independe de provocação da parte, não se verificando reformatio in pejus.

9. Da majoração dos honorários sucumbenciais promovida com base no § 11 do art. 85 do CPC/2015 não poderá resultar extrapolação dos limites previstos nos §§ 2º e 3º do referido artigo.

10. É dispensada a configuração do trabalho adicional do advogado para a majoração dos honorários na instância recursal, que será considerado, no entanto, para quantificação de tal verba.

11. Agravo interno a que se nega provimento. Honorários recursais arbitrados ex officio, sanada omissão na decisão ora agravada.

(AgInt nos EREsp 1.539.725/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/08/2017, DJe 19/10/2017) (Grifos acrescidos).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator